

POLO BRASÍLIA

O Programa Especial da Região Geo-Económica de Brasília vem no exato momento em que o Distrito Federal mais necessita de uma inequívoca demonstração de apoio objetivo, de uma ação concreta que viesse embasar-se nas necessidades da região no plano conjuntural, com vistas a sua projeção no futuro, consideradas as constantes sem solução que se vinham acumulando nos desdobramentos da sua problemática, em termos de espaço e de tempo.

Não se pretende caracterizar aqui que houvesse desapreços ou desatenções do Poder Central em relação à Capital da República. No relacionamento normal entre os executivos do DF e o federal, acreditamos que muito pouco exista para reclamar-se. Contudo, dentro de uma visada mais ampla, num contexto a níveis regional e nacional, Brasília já se ressentia de um tratamento abrangente, que lhe preservasse institucionalmente, contra problemas que agora são de pouca monta, mas nem por isso passíveis de um acelerado crescimento, com o decorrer dos anos.

O Polobrasília, como poderíamos chamar o programa lançado pelo Presidente Ernesto Geisel, em solenidade prestigiada por governadores, ministros de Estado e parlamentares, vai nuclear uma série de providências que não poderiam mais tardar, sob pena de cres-

cerem geometricamente as dificuldades para enfrentá-las amanhã.

Efetivamente o fascínio de Brasília, sobre um grande contingente de brasileiros, vinculados a regiões que liberam, com facilidade, mão-de-obra excedente ou marginalizada, cria condições para que um fluxo contínuo de migração interna se oriente no rumo da capital federal, estabelecendo um excesso de trabalhadores que nem sempre poderá ser absorvido pelo mercado de trabalho da Capital Federal.

Sabe-se, por outro lado, que a indústria de construção civil, mais cedo ou mais tarde, irá desmobilizar grandes contingentes de operários, ao declinarem as obras locais, tendo em vista a progressiva estruturação da cidade.

Não será para já, mas, exatamente para o tempo em que as medidas do Polobrasília estarão em condições de absorvê-lo, minimizando os seus efeitos em termos sociais e econômicos. Além do mais, proporcionará a estruturação física das cidades que se limitam com Brasília, em termos geo-económicos, estabelecendo-se um cinturão com raios progressivos, capaz de absorver os fluxos migratórios na periferia do Distrito Federal, dentro de uma ativação espontânea do mercado de trabalho.

Educação, saúde, saneamento, transportes, energia, comunicações, desenvolvimento rural,

desenvolvimento agro-industrial além da orientação de uma linha de crédito seletiva vão mobilizar perto de 1,6 bilhão num complexo racionalmente ordenado e ativado pela União, pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Não se improvisará, nem se agirá isoladamente. Com a coordenação da SUDECO, do Ministério do Interior e a colaboração dos órgãos de planejamento dos demais executivos envolvidos, um plano harmônico há de lançar as bases de uma estrutura que não poderá faltar nas realidades futuras do Distrito Federal.

O D.F. ganha, assim, uma certeza em relação ao futuro e as comunidades que lhe são vizinhas ficam a salvo de quaisquer distorções ao longo do tempo, assegurando-se à grande região geo-económica e política da Capital Federal, suportes concretos para sobre eles se assentarem as ações do amanhã, sem problemas outros que não aqueles ligados à ordenação natural dos eventos.

Redobram-se, assim, a certeza e a confiança de que Brasília não sofrerá distorções nem poderá ser arguida no futuro como elemento sócio-económico de perturbação na definitiva sedimentação da prosperidade e da harmonia que agora são viáveis para conosco conviverem, juntamente com nossos vizinhos de Minas Gerais e de Goiás.